

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNESP<sup>1</sup>

Talita Marques Mendes<sup>2</sup>

### RESUMO

Partindo do pressuposto de que a Universidade, assim como as demais instituições estatais, não está descolada da realidade social, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral, considerando a atual configuração do mundo do trabalho, marcada pela precarização e intensificação do trabalho, investigar e analisar o processo intensificação do trabalho do docente de ensino superior na Universidade Estadual Paulista-UNESP após a expansão de tal universidade observada na última década. Pautando-nos pelos objetivos deste trabalho, escolhemos o materialismo histórico dialético como metodologia, sendo que no que tange aos procedimentos, serão utilizados: a análise documental, aplicação de questionário e realização de entrevistas.

**Palavras Chaves:** trabalho docente; ensino superior, intensificação do trabalho docente.

### ABSTRACT

Based on the assumption that the University, like other state institutions, is not detached from social reality, this research project has the general objective, given the current configuration of the working world, marked by insecurity and work intensification, investigate and analyze the process of work intensification professor of higher education at Universidade Estadual Paulista-UNESP after expansion of such university observed in the last decade. Basing ourselves on the objectives of this study, we chose the dialectical historical materialism as a methodology, and with regard to the procedures will be used: document analysis, a questionnaire and interviews.

**Keywords:** teaching; higher education, intensification of teachers' work.

---

<sup>1</sup> Artigo resultante de pesquisa de mestrado, iniciada em 2013 e desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), linha de pesquisa Estado, Política e Formação Humana, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), sob a orientação do Prof. Dr. João dos Reis Silva Jr., e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Presidente Prudente; Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana (GEPEFH).

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## I- Introdução

O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, na linha de pesquisa Estado, Política e Formação Humana, o qual tem como objetivo geral investigar e descrever como o processo de intensificação do trabalho do docente de ensino superior tem se desenvolvido dentro da Universidade Estadual Paulista-UNESP, a partir da expansão de tal universidade observada na última década, dada em meio às inúmeras mutações do mundo do trabalho. Para tanto, em um primeiro momento, buscamos conceituar a categoria Trabalho, segundo a teoria marxista e analisar as mutações pelas quais passa o Mundo do Trabalho, para, com base em tais análises, buscar compreender como tem se dado o processo de intensificação do trabalho do professor universitário neste contexto.

Atualmente, conforme aponta Antunes (2004), assistimos ao debate sob desemprego e precarização do trabalho. Entretanto, como podemos observar, o discurso veiculado apresenta a tese do fim da centralidade do trabalho. Alguns dos formuladores das teses que defendem o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista se recusam a reconhecer a centralidade da classe trabalhadora na transformação da sociedade contemporânea. De acordo com Antunes (2004):

Segundo essa visão, o trabalho, hoje, teria perdido sua centralidade e, cada vez mais, milhões de pessoas são condenadas à condição de supérfluos, de descartáveis pelo sistema global do capital em escala mundial. (ANTUNES, 2004, p. 8)

Segundo Antunes (2000), as teses que procuram invalidar a centralidade do trabalho se fundamentam na afirmação da perda de sentido da teoria do valor, na tese que propõe a substituição do valor-trabalho pela ciência ou na proposição de que vivemos sob a vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa, informacional, que estaria em posição de superioridade em relação à formulação marxiana da centralidade do trabalho e da teoria do valor.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Partimos do pressuposto de que, como aponta Marx, ao passo que o homem constrói a sociedade e a si mesmo enquanto indivíduo e categoria genérica a partir do trabalho, o trabalho deve ser entendido como ato originário do ser social, sendo que, ao modificar a natureza para construir o mundo objetivo, o homem também se transforma. Dessa forma, podemos definir o trabalho como processo de produção da base material da sociedade através da transformação da natureza, sendo que o trabalho, enquanto mediação entre o homem e a natureza se caracteriza como materialização da condição humana, logo, através do trabalho, o homem se liberta de sua condição exclusivamente natural e se torna um ser social que produz sua existência, logo o trabalho deve ser compreendido como uma atividade que objetiva um fim. Assim sendo, Marx (1988) define o trabalho como:

(...) atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais. (MARX, 1988, v.1, p.146)

Ainda segundo Marx (1999):

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem- quaisquer que sejam as formas de sociedade-, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1999, P. 64-65)

Ao passo que permite o transcender a condição meramente natural, o trabalho pode ser entendido como uma atividade libertadora, porém, para que o trabalho seja realmente libertador, faz-se necessário que tanto as finalidades quanto os meios de execução sejam definidos pelo homem, ao qual deve pertencer o produto do trabalho realizado.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho se configura como expressão da opressão da liberdade e da independência do trabalhador, o qual passou a ser um anexo da maquinaria. Nesse sentido, o trabalho torna-se um fim em si mesmo e o trabalhador livre passa a estar formalmente subsumido ao capital. Ao passo em que o trabalhador não pode mais determinar os fins de seu trabalho e se apropriar do produto do mesmo, fica evidente que o trabalho, nesse contexto, não se constitui mais como possibilidade de construção da liberdade de quem o realiza, sendo que a própria força de trabalho foi convertida em mercadoria.

Ao ser mercantilizado, o trabalho passa a ser a base para a exploração do homem e para sua reificação, sendo que esta última está intrinsecamente ligada à alienação, caracterizada pela indiferença do homem em relação ao seu objeto de trabalho.

O estranhamento, para Marx, ocorre quando o trabalhador não se reconhece mais em seu trabalho; ocorre quando o trabalho deixa de ter um caráter criativo e passa a servir ao capital. A esse respeito, Marx (2004) aponta que:

(...) o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e, principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (MARX, 2004, p. 82, grifos do autor)

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Nesse sentido, Marx vai além e define a exteriorização do trabalho vivenciada no modo de produção capitalista:

Em que consiste, então, a exteriorização do trabalho?

Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isso é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, fogue-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (MARX, 2004, p. 82-83)

Assim sendo, podemos inferir que a divisão social do trabalho aprofunda ainda mais a degradação da capacidade criativa do homem, pois, a partir dela, o trabalho foi simplificado e o trabalhador deixou de participar do processo total do trabalho. Diante disso, ao final do processo de trabalho, ocorre a materialização de um produto alheio ao trabalhador, que é propriedade do capitalista, pois, no capitalismo, nem o produto nem o processo de trabalho pertencem ao trabalhador.

Conforme aponta Antunes (2004), podemos observar na atualidade, o desenvolvimento de um processo de metamorfose no mundo do trabalho, o que faz com que seja necessário que tenhamos uma concepção ampliada de trabalho e de classe-que-vive-do-trabalho. Tais mutações tem aumentado o número de trabalhadores que desenvolvem

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

trabalhos parciais, precários, temporários ou estão desempregados. Conforme aponta Antunes (2007):

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, conseguem reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global (...) sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta. (ANTUNES, 2007, p.13)

Neste contexto, segundo Antunes (2007), desenvolve-se uma nova “morfologia do trabalho”, a qual tem como traço característico o seu “desenho multifacetado”, resultante das mudanças sofridas pelo mundo do trabalho nas últimas décadas. Nesta nova configuração do mundo do trabalho, observamos, ainda segundo Antunes (2007), uma diminuição do operariado tayloriano- fordista e a ampliação do número de trabalhadores do setor de serviços, que tem o seu trabalho pautado pela lógica toyotista. De acordo com Antunes (2007), no Brasil:

Durante nossa década de *desertificação neoliberal*, pudemos presenciar, simultaneamente, tanto a pragmática desenhada pelo Consenso de Washington (com suas desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho e da produção), quanto uma significativa reestruturação produtiva em praticamente todo universo industrial e de serviços, consequência da nova divisão internacional do trabalho que exigiu mudanças tanto no plano da organização sociotécnica da produção, quanto nos processos de reterritorialização e desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências. (ANTUNES, 2007, p. 15)

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Para atender às demandas de elevação da produtividade, colocou-se em curso uma reorganização da produção, a qual reduziu o número de trabalhadores, intensificou as jornadas de trabalho, introduziu os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e os sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, e disseminou a subcontratação e terceirização da força de trabalho, conforme identifica Antunes (2007). Frente a esse processo, Antunes (2007) destaca que:

Dentro desta contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada. Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Ou seja, em plena *era da informatização* do trabalho, do mundo *maquinal e digital*, estamos conhecendo a *época da informalização* do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do *cyberproletariado* (...). (ANTUNES, 2007, p.16)

Atualmente, a classe-que-vive-do-trabalho, a qual deve ser compreendida com a “totalidade dos trabalhadores assalariados que vivem da sua força de trabalho, composta por aqueles que não possuem os meios de produção” (Antunes, 2007), sofre com a ampliação do desemprego, a precarização, o aumento do trabalho temporário e a perda dos direitos trabalhistas, sendo que, no atual contexto, o trabalho deve ser mais polivalente e multifuncional, executado por trabalhadores que se caracterizam pela desespecialização. Este trabalho é marcado pela intensificação de seu ritmo e pela ampliação do trabalho imaterial, o qual, ligado ao trabalho material, contribui para o aumento da produção de valor.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Entretanto, podemos observar um aumento do trabalho no setor de serviços, dentre os quais podemos destacar a saúde e a educação, sendo que como aponta Antunes (2000):

A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo. (ANTUNES, 2000,p.13)

Ainda a esse respeito, Antunes (2000) coloca que:

(...) é necessário acrescentar também que as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados. (ANTUNES, 2007, p. 20)

Conforme aponta Antunes (2004), em decorrência das práticas flexíveis de contratação, podemos notar o aumento da precarização dos empregos e dos salários, contribuindo para o processo de desregulamentação do trabalho e para a redução dos direitos sociais dos empregados em geral e, especialmente, para os trabalhadores terceirizados. Para o capital financeiro, estas formas de contratação de trabalhadores são extremamente vantajosas, já propiciam uma maior lucratividade às empresas e atingem a capacidade de resistência dos trabalhadores em razão de sua fragmentação e da dificuldade de organização sindical. Essas mudanças observadas no mundo do trabalho expressam a reestruturação produtiva e seus movimentos de tecnificação e racionalização do trabalho, sendo que os programas de qualidade total e de remuneração variável se colocam como meios de dominação do trabalho. Nesse sentido uma das principais tendências dos mercados de trabalho é reduzir o número de



# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

trabalhadores centrais e aumentar o número de trabalhadores empregados em tempo parcial e/ou temporariamente, que podem ser demitidos sem custos às empresas:

(...) enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários e subcontratados etc. (p.53)

Assim sendo, conforme aponta Antunes (2000), paralelamente à redução do operariado industrial e fabril, há a expansão do trabalho precário e do assalariamento no setor de serviço, por meio da heterogeneização, da fragmentação e da complexificação da classe trabalhadora, já que há a inclusão de mulheres no mundo do trabalho e a exclusão dos mais jovens e mais velhos são cada vez maiores. Ademais:

Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado. (...) tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, *o que é fundamental*, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*. (ANTUNES, 2000, p.62)

Partindo de tais considerações, podemos inferir que, ao concebermos o trabalho de acordo com sua morfologia contemporânea, as teses que minimizam ou até mesmo propõem o fim da centralidade do trabalho não se corroboram, sendo que o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de produção, necessitando cada vez mais do trabalho intensificado, que permita a extração de uma quantidade cada vez maior de mais-valia em menos tempo, seja por meio do trabalho parcial, do trabalho parti-time, terceirizado, temporário, etc.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Frente às inúmeras mutações no mundo do trabalho, coloca-se a questão sobre como se configura o trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior (IES) e sobre quais são as influências da nova morfologia do mundo do trabalho sobre o trabalho do professor universitário.

Na atual fase do capitalismo, a ciência e a tecnologia se tornaram fundamentais para a ampliação da riqueza, levando à alteração da sociabilidade no sentido da constituição de uma sociabilidade produtiva, caracterizada pelo reducionismo e pela coisificação. Nessas circunstâncias, conforme aponta Antunes (2000):

(...) as novas dimensões e formas de trabalho vem trazendo um alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. (ANTUNES, 2000, p.14)

Em meio a essa nova sociabilidade, conforme apontam Silva Jr, Sguissardi e Silva (2010), o trabalho do professor, que é imaterial e superqualificado, se torna central, já que a ciência e a tecnologia foram transformados em meios de produção. De acordo com os autores, essa mudança: “(...) produziu a mercantilização das instituições federais de ensino superior (IFES) e alterou qualitativamente o trabalho do professor pesquisador”. (SILVA JR, SGUISSARDI, SILVA, 2010, p.4).

Segundo Bosi (2007), a transferência de serviços públicos para a esfera privada, dentre eles a educação, tem contribuído para a definição do trabalho docente no Brasil, já que

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

introduziu nas IES públicas, como já foi mencionado, a tendência da mercantilização da educação superior, uma vez que a educação passou a ser concebida como integrante do setor de serviços não-exclusivos do Estado.

A mercantilização da universidade pública, que já se tornou um movimento naturalizado, é caracterizada pela utilização do serviço público pela esfera privada, como evidenciam as Parcerias Público-Privadas (PPP's), e intensifica e precariza o trabalho do professor, o que faz com que as universidades públicas passem a estar submetidas à tutela do capital. Neste contexto, ocorre a alteração do trabalho intelectual e imaterial dos professores e, conseqüentemente, a sua alienação. A esse respeito, Silva Jr e Silva (2010) demonstram que:

Pela mediação do fetiche da paixão, produz-se o professor que é seduzido a compactuar com a exploração, extensão, intensificação e precarização do trabalho e que tende a moldar a sua identidade à atual cultura da instituição universitária, produzida no interior de um movimento cujo foco é o da valorização do capital. (SILVA JR; SILVA, 2010, p.230)

Dessa forma, segundo Bosi (2007), podemos definir como principais fatores de precarização do trabalho docente: a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a precarização das condições de trabalho, a adoção de critérios quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente, a intensificação e a desvalorização do trabalho docente, a pouca estabilidade e a redução dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, Bosi (2007), indica que a flexibilização dos regimes de trabalho se evidencia pela diminuição do número de professores trabalhando em regime de dedicação exclusiva, a utilização de alunos de pós-

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

graduação como professores substitutos, a contratação de professores substitutos por contratos temporários, etc.

Frente a isso, o trabalho precarizado se converte em modelo, buscando-se, do ponto de vista do capital, aumentar o trabalho docente tanto em intensidade quanto em extensão, submetendo-o as necessidades do mercado, sendo que uma das principais formas de intensificação do trabalho dos professores é a prestação de serviços ao capital através das PPP's, dos fundos setoriais e da inovação tecnológica. A prestação de serviços por meio de fundações como a Fundação para o desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP) faz com que o trabalho docente concebido como extensão universitária seja mercantilizado.

Outra forma de intensificação do trabalho docente é o expressivo aumento do número de alunos por docente. Tal aumento foi ocasionado pelo significativo crescimento no número de matrículas, nos níveis de graduação e pós-graduação, o qual não foi acompanhado pelo aumento na contratação de professores efetivos, devido ao que Bosi (2007) chama de “represamento de concursos públicos”, impondo aos docentes das IES públicas uma sobre carga de trabalho. A esse respeito, sobre o caso da UNESP, Bosi (2007) destaca que:

Mesmo em universidades consolidadas como a UNESP, a expansão deu-se, principalmente, pela “extensão” dos docentes já efetivos para os novos campi e pela contratação de docentes por períodos de três meses, regime de trabalho chamado de professores “conferencistas”. (BOSI, 2007, p. 1510)

O modelo produtivista e de avaliação, caracterizado pela punição e discriminação e posto em curso pelas agencias de fomento, modifica qualitativamente o trabalho do professor, o qual é colocado no papel de refém dos critérios de produtividade. Ao passo que os recursos

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

financeiros são distribuídos de acordo com as notas conquistadas pelos Programas de Pós Graduação (PPG's) nas avaliações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), coloca-se em curso uma brutal competitividade entre os pesquisadores da mesma área, já que a posição do professor em sua área de pesquisa é medida de forma quantitativa, aumentando a “pressão” sobre docentes e alunos. A esse respeito, Bosi (2007) coloca que:

(...) a pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas tem se concretizado, principalmente, alicerçada na ideia de que os docentes devem ser “mais produtivos”, correspondendo à “produção”, a quantidade de “produtos” relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc.) expelidos pelo docente. Por um lado, evidencia esse processo o direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, presente nos editais dos órgãos e fomento à produção científica. Cada vez mais, o CNPq e as fundações estaduais de apoio à pesquisa tem convertido seus recursos para pesquisas e estudos que aparelhem e potencializem a capacidade de reprodução do capital, desenvolvendo uma razão instrumental que pode ser facilmente verificada no caráter dos editais divulgados. O perfil de pesquisa que escorre caudalosamente desses editais termina por ditar o padrão para a produção acadêmica em geral. Uma das consequências desse processo é que a *qualidade* da produção acadêmica passa então a ser mensurada pela *quantidade* da própria produção e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição. (BOSI, 2007, p.1513)

A adoção do modelo produtivista, segundo Bosi (2007), significa a perda da autonomia intelectual e do controle sobre o processo de trabalho, o que configura a subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital, sendo que os professores que se colocam contra este sistema são vistos como “improdutivos”. Sobre essa questão, Silva Jr e Silva (2010) apontam que: “Sofrimento, mal-estar, estranhamento: eis o que resultou da incorporação da teleologia com valores instituídos pela CAPES”. (SILVA JR; SILVA, 2010, p. 225); sendo

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

que “as consequências do trabalho intensificado não se limitam às restrições ao lazer e a vida familiar, atingindo, também, a saúde do trabalhador”. (SILVA JR; SILVA, 2010, p. 234).

Considerando tudo o que foi exposto, o acreditamos que o desenvolvimento de um projeto de que pesquisa como este pode contribuir, no plano teórico, para a compreensão do processo de intensificação do trabalho docente dentro das universidades públicas, contribuindo para a problematização, o questionamento, a reflexão acerca de tal processo, de modo a permitir sua compreensão e objetivação críticas.

## **II- Metodologia**

É necessário construir uma coerência entre os pressupostos teóricos e os caminhos metodológicos para a coleta, organização, análise/interpretação e apresentação dos dados relativos ao fenômeno pesquisado, de modo que se possa desenvolver a “práxis” segundo Marx, o qual a conceitua como prática articulada à teoria e desenvolvida a partir de abstrações do pensamento, conseqüentes da atividade prática e da busca pela compreensão da realidade. Neste sentido, o método materialista histórico se apresenta como possibilidade teórica de interpretação, podendo ser aplicado ao estudo da educação, de modo que se possa alcançar a realidade educacional concreta e desenvolver um trabalho em busca de sua transformação. Considerando tal pressuposto, propomos como procedimentos a serem utilizados no processo de pesquisa a análise documental, a aplicação de questionários semiestruturados e a realização de entrevistas, também semiestruturadas para a coleta de dados.

## **III- Resultados Preliminares**

Os resultados aqui apresentados são resultados parciais, uma vez que a pesquisa sobre

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

a qual versa o trabalho foi iniciada no presente ano e se encontra em desenvolvimento, sendo que tais dados são frutos da análise de documentos oficiais da UNESP, disponíveis no site da reitoria da universidade.

O processo de expansão da UNESP, que se iniciou em 2003 e continua em desenvolvimento, se deu tanto pela criação de novos campi (chamados, à época de Campi Experimentais e, hoje, como Unidades Diferenciadas), como pela criação de novos cursos de graduação nos campi já existentes. No caso da implantação de novos cursos nos campi já existentes, a mesma se deu sem que houvesse a ampliação do corpo docente de tais campi.

Conforme demonstram os anuários estatísticos da UNESP, entre os anos 2000 e 2011, houve um aumento de 51% no número de alunos de graduação, que passou de 23.603 para 35.666 alunos; e um aumento de 25% no número de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado), que passou de 8.812 para 11.043 alunos. Entretanto, no mesmo período, o número de professores contratados em RDIDP subiu apenas 6%, passando de 2.863 para 3.060, evidenciando a tendência acima descrita. Com relação ao número de servidores técnico-administrativos, nesse mesmo período, houve um aumento de 1,7% , passando de 7135 para 7257 servidores.

Considerando o tempo de duração de um curso de mestrado, fica evidente que seria impossível realizar tal pesquisa em todos os campi da UNESP. Frente a isso, optamos por realizar tal estudo em um campus específico, no caso, o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas- IBILCE-, campus localizado na cidade de São José do Rio Preto, já que tal campus passou por um processo de expansão através da criação de novos cursos. Até o ano de 2003, o IBILCE contava com oito cursos de graduação: Bacharelado em Ciências da Computação, Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor, Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Letras - Integral, Licenciatura em Letras - Noturno, Licenciatura em Matemática - Noturno, Matemática – diurno.

Em 2003, foram implantados os cursos de Bacharelado em Química Ambiental e

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Bacharelado em Física Biológica; e, em 2004, foi reaberto o curso Licenciatura em Pedagogia. Até 2002, o IBILCE oferecia 5 cursos de graduação, atendendo a 1534 alunos neste nível de ensino; e 10 programas de pós-graduação, os quais atendiam a 523 alunos, atendendo no total a 2057 alunos. Para tanto, a unidade universitária contava com 180 professores ativos, dos quais 167 trabalhavam em Regime de Dedicção Exclusiva (RDIDP). Em 2011, segundo os dados do ultimo anuário estatístico da instituição, publicado em 2012, o IBILCE oferece 9 cursos de graduação, atendendo, neste nível, a 2104 alunos; e 11 cursos de pós-graduação, atendendo a 567 alunos; ou seja, entre graduação e pós-graduação, são 2671 alunos atendidos, por um efetivo de 204 professores, dos quais 177 trabalham em RDIDP. Assim sendo, podemos notar que, de 2002 a 2011, enquanto houve um aumento da ordem de 29% no número de alunos (graduação + pós-graduação), considerando os professores que trabalham em RDIDP, ou seja, aqueles que tem jornada de trabalho completa, o aumento, durante este período, foi de 6%, e, se considerarmos o total de professores, o aumento foi de 13%, ou seja, o aumento no numero de docentes foi bastante inferior ao aumento no numero de alunos, o que vem a justificar a escolha de tal campus para a realização da pesquisa.

Diante do que foi exposto ao longo da revisão bibliográfica feita na introdução deste trabalho e nos dados acima apresentados, temos como primeira hipótese a de que as relações de produção vigentes na atual configuração social tem sido transpostas ao sistema educacional, balizando o trabalho realizado pelos docentes que dele participam. Considerando a primeira hipótese, podemos pensar que, à medida que a sociedade capitalista se consolidou, deu-se a proletarização do professor, por meio da alienação do mesmo em seu ambiente de trabalho e sua conseqüente reificação. Ainda considerando o que foi acima exposto, também podemos supor que o grande aumento no número de alunos após a expansão da universidade, ao passo que não foi acompanhado por um aumento significativo no número de professores e de servidores técnico -administrativos, tenha levado à intensificação do trabalho docente, tanto por meio do aumento do número médio de alunos atendidos por docente, quanto pelo aumento do número de aula ministradas e trabalho burocrático realizado pelos docentes.



# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Frente aos resultados obtidos através da análise documental já realizada, serão aplicados questionários e realizadas entrevistas junto aos professores do campus a fim de corroborar as hipóteses acima expostas.

## IV-Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 7. Ed. São Paulo: Editora Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK G.; Franco T. (Orgs). **A perda da razão social do trabalho terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs.) **O avesso do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-27

**Anuário Estatístico**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. – vol. 1(2001) -. – São Paulo: UNESP, APE, 2011. Disponível em: [http://www.unesp.br/ape//mostra\\_arq\\_multi.php?arquivo=9453](http://www.unesp.br/ape//mostra_arq_multi.php?arquivo=9453) Acesso em; 15 de jul. 2012.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

# Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., SANFELICE, J.L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**.3.ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005, p.61-74.

GRADELLA JR, O. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cadernos de psicologia social do trabalho**. São Paulo, 2010, v. 13, n. 1, p. 133-148.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Livro 1, 1v.

\_\_\_\_\_. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Centauro, 2005. Tradução: Silvio Donizete Chagas.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri.

SILVA, E.P.; SILVA JR, J.R. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, número especial, p. 223-238, ago. 2010.

SILVA JR, J. R.; SUISSARDI, V.; SILVA, E. P. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. Disponível em: [http://xa.yimg.com/kq/groups/18803735/1077811862/name/UNKNOWN\\_PARAMETER\\_V\\_ALUE](http://xa.yimg.com/kq/groups/18803735/1077811862/name/UNKNOWN_PARAMETER_V_ALUE) Acesso em: 20 de jul. de 2012.

UNESP/ REITORIA. Parecer 08/11 CCD. São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.unesp.br/pautas/Sessao/00647/23/1/proc\\_2177\\_2010\\_fcavj.pdf](https://www.unesp.br/pautas/Sessao/00647/23/1/proc_2177_2010_fcavj.pdf) Acesso em: 15 de jul. de 2012.